



**Associação Brasileira da Indústria  
Elétrica e Eletrônica**

# **SIMPLIFICAÇÃO E INCENTIVOS À LOGÍSTICA REVERSA DE ELETROELETRÔNICOS**

**2º Seminário  
Paranaense de  
LOGÍSTICA REVERSA**



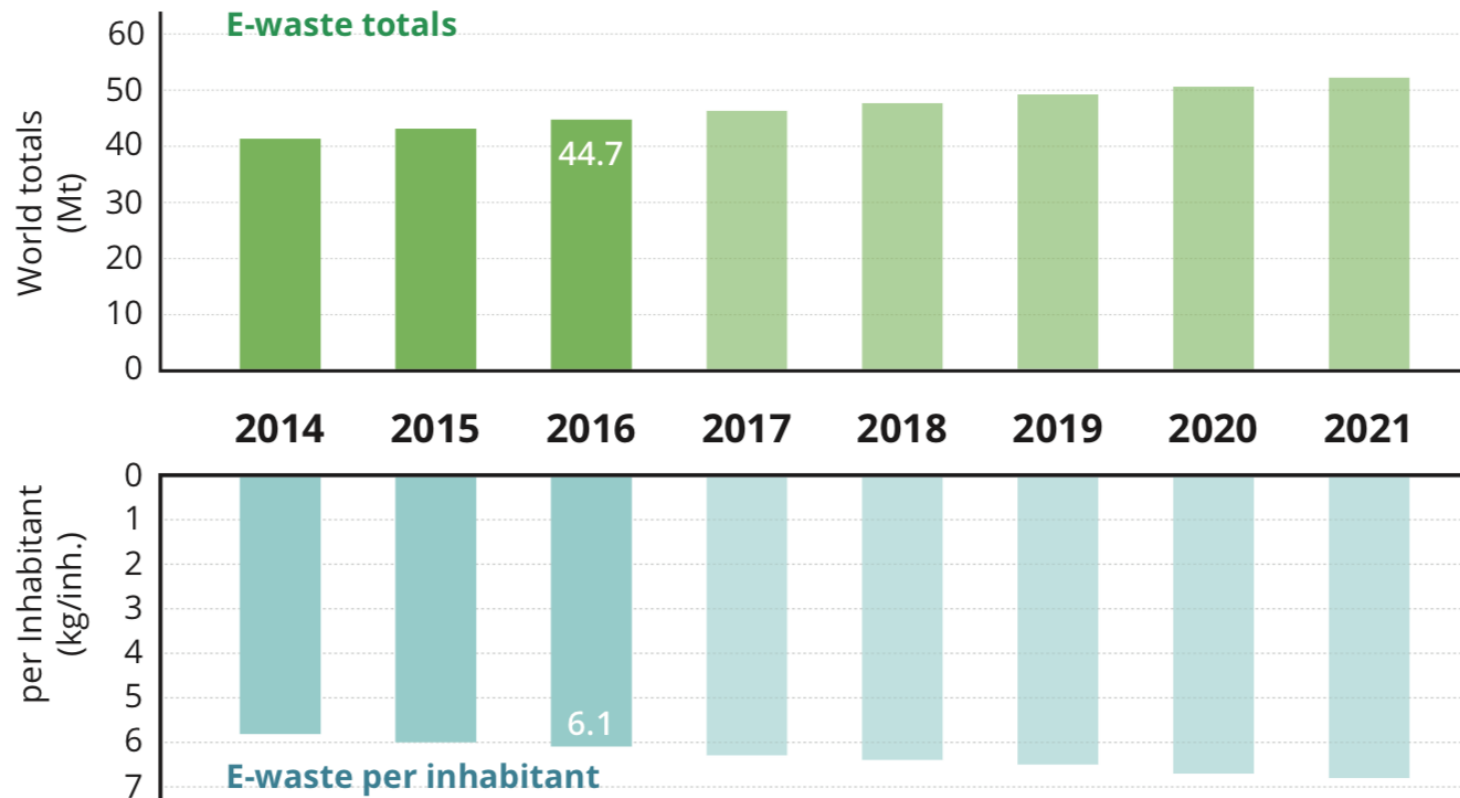


# GERAÇÃO DE REEE NO MUNDO

44,7 Mi  
toneladas

4500 Torres  
Eiffel!

E-waste global gerado

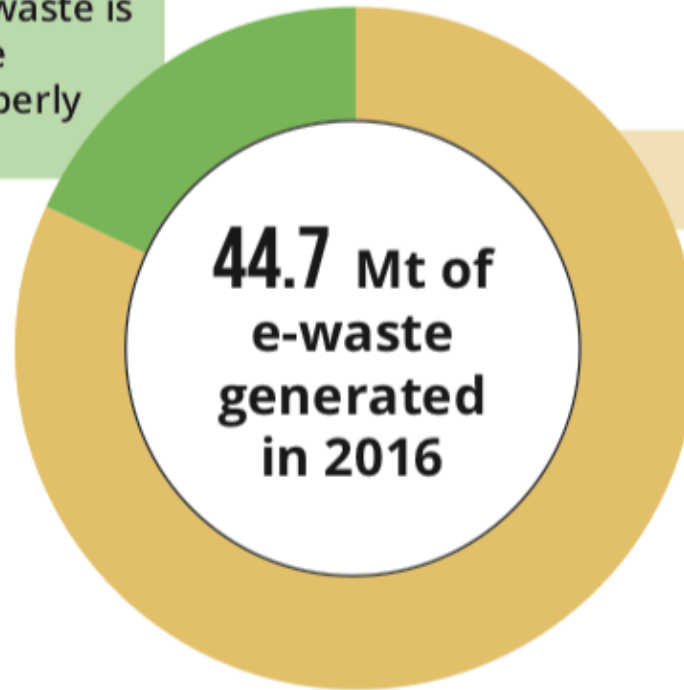


Note: 2017-2021 are estimates

Fonte: Baldé (2017)

# GESTÃO DE REEE NO MUNDO

20% (8.9 Mt) of e-waste is documented to be collected and properly recycled



80% (35.8 Mt) of e-waste is not documented

- 4% (1.7 Mt) of e-waste in the higher income countries is thrown into the residual waste



**17%**



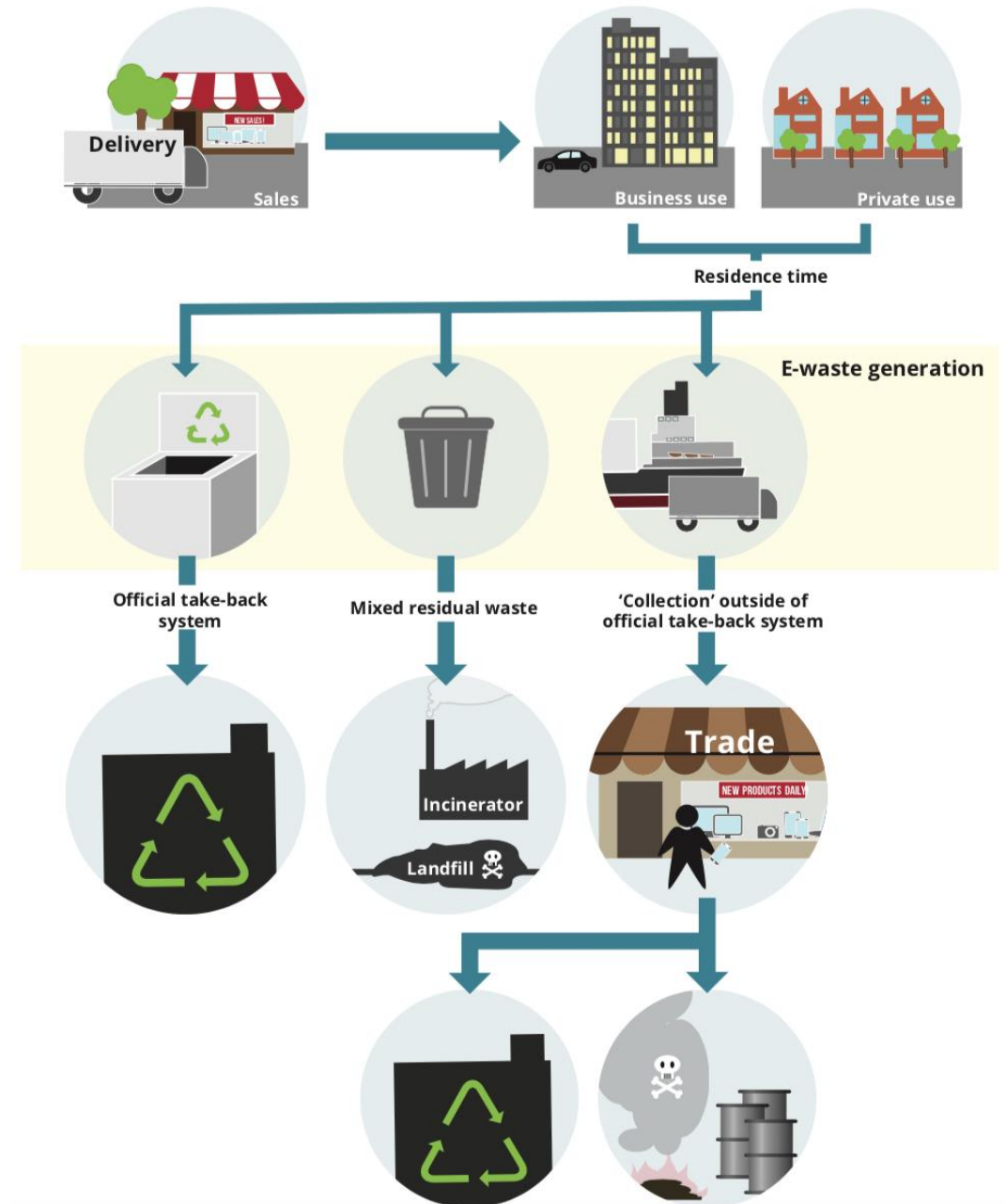
# A LOGÍSTICA REVERSA

Lei nº 12.305/10  
Institui a PNRS

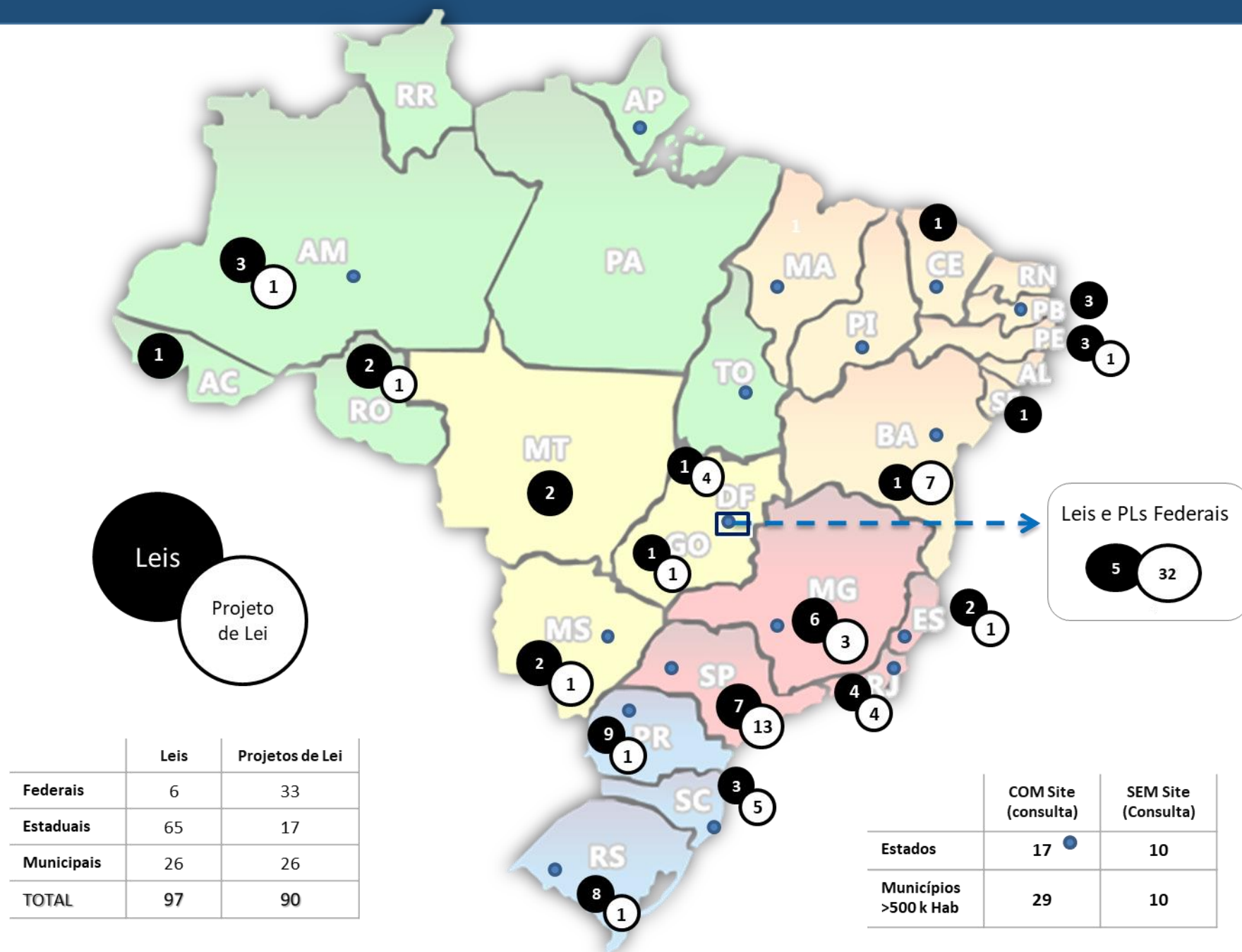
Decreto nº 7.404/10  
Regulamenta a PNRS

Edital de Chamamento  
nº 01 de 13/02/2013

Decreto 9.177/17  
Isonomia









## Participe desse programa

Seja GREEN  
você também!

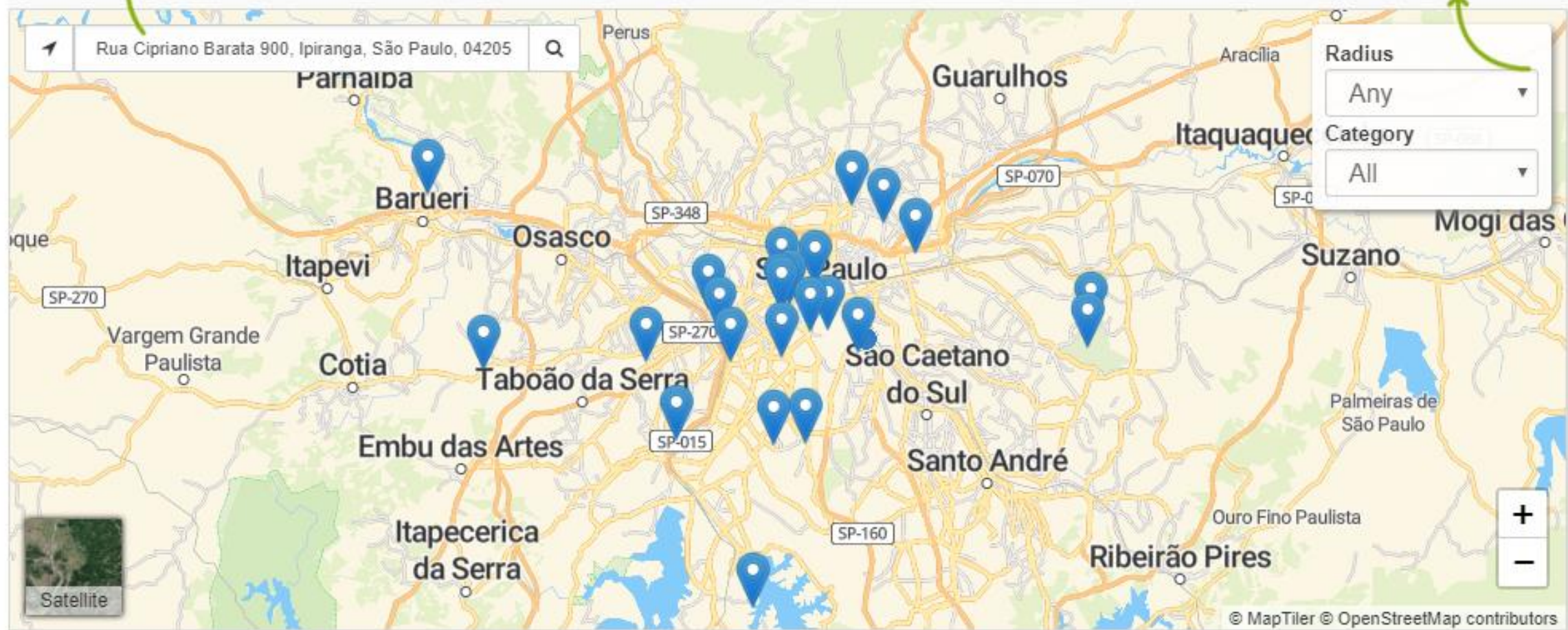
[www.greenetrone.org.br](http://www.greenetrone.org.br)



# Pontos de Entrega Voluntária (PEVs)

1º Digite o seu endereço

2º Escolha o raio de distância desejado





# DESAFIOS PARA ASSINATURA DO ACORDO

- ✓ ○ Criação de Entidade(s) Gestora(s) para Sistemas de LR;
- ✓ ○ Descarte implica na Perda/Renúncia da Propriedade do bem;
- ✓ ○ Legislação Vinculando os Não Signatários às mesmas obrigações dos Signatários do Acordo ;
- ✓ ○ Definição de mecanismo para Financiamento do Sistema de LR;
- ⌚ ○ Reconhecimento da Não Periculosidade dos EEE nos Sistemas de LR;
- ⌚ ○ Criação de Documento Simplificado e Isento de Tributação no transporte dos EEE;

# SIMPLIFICAÇÕES E INCENTIVOS

- Lei 12.305/2010:

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

XVII - os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente: tais como o licenciamento e a **revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras**;

Art. 42. O poder público poderá instituir **medidas indutoras e linhas de financiamento** para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

V - **estruturação de sistemas** de coleta seletiva e **de logística reversa**;

# SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

- Modelo do Convênio Confaz 27/2005 (PILHAS)
  - Cláusula primeira. **Ficam isentas do ICMS as saídas de pilhas e baterias usadas, após seu esgotamento energético**, que contenham em sua composição chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos **e que tenham como objetivo sua reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.**

## Procedimento:

Emitir nota fiscal para documentar a remessa dos produtos coletados, **enviados a terceiros** para reciclagem, consignando no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" a expressão: "**Produtos usados isentos do ICMS nos termos do Convênio ICMS 27/05**".



# SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

## Isenção de ICMS no transporte dos EEE

o 2015: Proposta de 2 convênios CONFAZ (ABINEE, ELETROS, OUTRAS)

a) Concede **isenção do imposto** nas saídas de produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos **no âmbito da Logística Reversa**

- Emissores de NF: Emissão diária de Nota Fiscal, sem valor comercial, com dizeres: “Materiais isentos do ICMS, recebidos dos consumidores finais

- Não emissor de Nota Fiscal: documento geral (Ex. MTR, Romaneio...)

Incluir: Dados cadastrais do local de origem e destino, transportador, horário da coleta, identificação e quantificação dos produtos coletados.

# SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

b) Dispõe sobre a operacionalização de **remessa para disposição final ambientalmente adequada**

**Nas operações para disposição final ambientalmente adequada**, será emitida **Declaração de Movimento**, conforme modelo disposto no **Anexo** deste convênio, relativa às saídas subsequentes.

§ 1º O regime de que trata esse convênio se aplica apenas aos **rejeitos sólidos** que deverão proceder a **disposição final ambientalmente adequada**;

§ 2º **Não haverá incidência de ICMS** por ocasião das saídas, em razão destes **materiais serem destituídos de valor econômico e não se revestirem da condição de mercadoria**, portanto, fora do campo de incidência do ICMS;

# SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

- 2017: Proposta Unificada de Diversas Casas da Indústria
  - SMA convocou os setores a enviar seus pleitos tributários e fiscais
  - Proposta conjunta enviada a todos os estados:

Adesão ao Convênio CONFAZ 04/2004: o qual autoriza aos Estados a concessão de isenção de ICMS na prestação de serviço de transporte intermunicipal de cargas

Apoio da SEFAZ: apoio junto aos pleitos no CONFAZ (isenção de ICMS interestadual e dispensa da NF)

Portaria SEFAZ: para regulamentar as obrigações acessórias relativas à movimentação, à coleta e ao transporte de resíduos sólidos



# MINUTA DE PORTARIA SEFAZ

Art. 2º - O **estabelecimento que transportar ou movimentar** materiais descartados, produtos obsoletos, produtos inservíveis e **resíduos/rejeitos sólidos visando a sua destinação ou disposição final ambientalmente adequada**, nos termos do artigo 1º, deverá:

II - na saída da **mercadoria que tiver valor comercial**:

b) **emitir Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A**, observando a norma de tributação da mercadoria, inclusive, **se for o caso e aplicável, do diferimento e/ou isenção nas operações envolvendo sucata**;

III - na **saída interna sem valor comercial**, acobertar a transação com 3 vias da “**Ficha de Controle de Saída de materiais descartados, produtos inservíveis e rejeitos sólidos com destinação ou disposição final ambientalmente adequada**”;

# SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

- 2018: Contatos diretos com as secretarias  
São Paulo, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, DF, Alagoas e Tocantins
- Consultas individuais à SEFAZ dos estados, entendimento consolidado de que:
  - 1) O **lixo eletrônico** (descartado nos pontos de entrega pelos consumidores domésticos) **não se trata**, naquele momento, **de uma mercadoria**, logo, **não constitui fato gerador**, sendo então **vedada** a possibilidade de **emissão de Nota Fiscal para sua coleta** e transporte.
  - 2) Para **acompanhar o transporte** desses materiais **poderá ser utilizado** pela Consulente **documento interno** que mencione:  
origem e destino, os dados do transportador, do remetente e do destinatário, bem como a descrição dos materiais transportados.

# SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

- 2018: Convênio CONFAZ – ICMS 99/2018

Autoriza os Estados a **conceder isenção de ICMS** nas operações com produtos eletrônicos realizadas no âmbito do sistema de logística reversa, relativamente ao retorno dos produtos após o seu uso pelo consumidor, **enquadrados como rejeito destinado à disposição final ambientalmente adequada.**

- O texto é **autoriza** os estados e **não impõe**, como sugerimos que fosse (continua a briga fiscal entre os estados, sem uma regra uniforme e clara)
- Não trata da dispensa da **nota fiscal** para a coleta e transporte
- Limitam a regra aos **rejeitos**, não resolvendo o pleito principal, que seria a coleta dos resíduos nos pontos de entrega



# SIMPLIFICAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

## Etapas do Transporte na Logística Reversa

### Ponto de Entrega



### Consolidação



### Manufatura Rev.



### Reciclagem



#### Lixo Eletrônico

- Coleta sem Nota Fiscal
- Transporte isento do ICMS

#### Lixo Eletrônico

- Coleta sem Nota Fiscal
- Transporte isento do ICMS

#### Rejeito

- Coleta sem Nota Fiscal
- Transporte isento do ICMS

#### Sucata ou nova Matéria prima

- Entrada e Saída com Nota Fiscal
- Avaliar incidência de ICMS

# DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

- Reflexo nos custos e nível de burocracia do Sistema





# DISPENSA DE LICENÇA NOS PEVs





# DISPENSA DE LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

- Agências Ambientais têm adotado a simplificação do procedimento:
  - São Paulo: Decisão de Diretoria Cetesb nº 120/2016
  - Rio Grande do Sul: Diretriz Técnica Fepam nº 03/2016
  - Minas Gerais: Resolução COPAM nº 217/2017
  - Pernambuco: Nota Técnica nº 07/2018 (precedida de IN)
  - **IBAMA: Minuta da Instrução Normativa nº 03/2018**
- Avançar para o entendimento de que EEE descartados não são se tornam imediatamente um resíduo, muito menos perigoso

# COMPARATIVO DAS DEFINIÇÕES

## Dispensa de Licença no Transporte

### DD Cetesb nº 120

Nesse caso, para fins de recebimento ou coleta (transporte primário), armazenagem temporária e **transporte secundário** (até a unidade de beneficiamento e/ou tratamento), os equipamentos eletroeletrônicos não são considerados resíduos de interesse ambiental, portanto, prescindem da obtenção de Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRI.

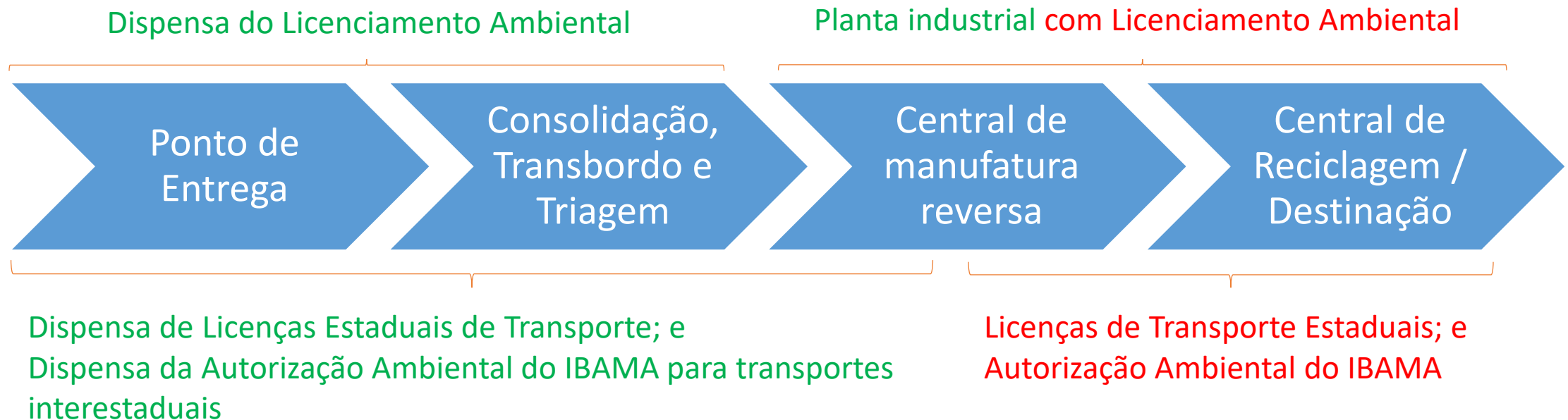
### IN nº 3 Ibama

transporte de equipamentos eletroeletrônicos descartados, dos pontos e locais de entrega e de entrega voluntária, até uma central de triagem ou diretamente para destinação final ambientalmente adequada em uma unidade de beneficiamento e/ou tratamento;

Art. 4º Não se aplica o disposto no artigo anterior (necessidade da Autorização Ambiental):

I - na etapa de transporte primário;

# DISPENSA DE LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL



# OUTROS INCENTIVOS

- Aumento no prazo da licença de operação das fábricas
- Requisito obrigatório em processos de compras públicas sustentáveis
- Reverter as multas de importação ilegal de produtos, para as gestoras que tratam os resíduos órfãos, cinzas e os passivos
- Divulgação do sistema de logística reversa nos meios de comunicação das prefeituras, secretarias e governos
- Inserção do tema logística reversa, na grade curricular das escolas
- Fiscalização equivalente a todos os atores (comércio e importadores)



# Departamento de Sustentabilidade

Henrique Mendes  
henrique@abinee.org.br  
(11) 2175 0059

AV. Paulista, 1313 – 7º andar | São Paulo / SP

The logo for abinee, featuring the word "abinee" in a bold, lowercase, sans-serif font. The letter "i" is stylized with a white dot above it. The logo is positioned in the bottom right corner of the slide.